PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

☐ REQUERIMENTO Número / XI (.ª)

☒ PERGUNTA Número 3958 / XI (2 .ª)

Assembleia da República
Gabinete do Presidente
Nº de Entrada 397381
Classificação
05/05/02
Data
11/05/18

Expeça-se
Publique-se
2011/05/19
O Secretário da Mesa

Assunto: Ilegalidade na empresa Briel, Industria de Electrodomésticos S.A

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Por determinação de SEXPAR, a Sua Secretária da Mesa
11.05.19

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores da Briel, Indústria de Electrodomésticos S.A, empresa com cerca de 70 trabalhadores e com sede na rua Sidónio Pais, n.º 390 - Lugar do Rio, Nogueira da Maia no concelho da Maia, vivem uma situação muito difícil.

De uma forma inesperada e ilegal a entidade patronal decidiu que 32 dos cerca de 70 trabalhadores deviam deixar de trabalhar na empresa. Assim, sem qualquer processo disciplinar e sem qualquer fundamento legal, estes trabalhadores estão desde o passado mês de Abril sem receber e sem trabalhar. Assim, estão em atraso tanto os salários, como o subsídio de férias.

No que parece ser uma tentativa de despedir estes trabalhadores, a entidade patronal, de acordo com as declarações de alguns trabalhadores, forçou a marcação de férias e enviou cartas a "convidar" os trabalhadores a suspenderem os seus contratos de trabalho.

Ao "convite" da entidade patronal de suspender os contratos de trabalho, estes trabalhadores iniciaram um processo de luta, estando à porta da empresa a exigir os seus salários e o seu direito ao trabalho.

Também recebemos a informação que já foi solicitada uma intervenção a Autoridade para as Condições de Trabalho.

Por fim, importa referir que esta situação está a provocar sérias dificuldades a estes trabalhadores, pelo que se exige uma urgente intervenção da ACT.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** o seguinte:

1.º Que informações possui este Ministério quanto a esta situação?
2.º Foi realizada alguma acção inspectiva? Em caso de resposta afirmativa, qual foi o seu resultado?
3.º Que medidas, nomeadamente inspectivas, vai este Ministério tomar para averiguar a presente situação e resolver o problema destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 18 de Maio de 2011

O Deputado

(Jorge Machado)